

Um panorama sobre a educação no Brasil

Guilherme Jardim, Helena Arruda, João Pedro Vieira

Introdução

A Educação é um tema de fundamental importância para qualquer sociedade moderna e, pela natureza de diversos problemas que o Brasil apresenta, é um elemento chave para solucioná-los. Assim, podemos compreender sua relevância e seu potencial de impacto analisando-a por quatro óticas: valorização da sociedade, perspectiva constitucional, curva de aprendizado e potencial econômico.

Em primeiro lugar, percebemos que o mercado de educação no Brasil, assim como em grande parte do mundo, movimenta uma parcela significativa de recursos e é valorizado pela sociedade. Nas últimas décadas, o processo de universalização do ensino primário, acompanhado de aumentos nas taxas de matrículas da pré-escola, da creche e do Ensino Médio fez o sistema educacional alcançar a marca de 48,8 milhões de alunos (Censo Escolar 2016). Em termos de investimento, chega-se à ordem de 5,8% do PIB, representando 18,1% do gasto público total, em 2010.¹ Além dos dados quantitativos, uma pesquisa qualitativa feita pelo IBOPE Inteligência² aponta a Educação como sendo a terceira principal preocupação dos eleitores brasileiros, atrás apenas de Saúde e Segurança Pública.

Pela ótica jurídica, o Artigo 205 da Constituição de 1988 afirma que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.³ Além de ser classificada como direito social básico, ela é essencial para que o indivíduo seja cidadão. Por conseguinte, é um espaço que alfabetiza, constrói laços sociais e qualifica o indivíduo para integrar-se por inteiro à sociedade.

No campo neurológico, a fase crítica de desenvolvimento ocorre logo nos primeiros anos de vida. Doyle et al (2009)⁴ apontam que, mesmo com 3 anos de idade, já existe uma desigualdade neurológica considerável entre crianças de famílias pouco educadas em comparação com as mais educadas. Já em economia, autores como Mincer e Gary Becker

¹ [BRASIL, M. \(2014\). Relatório Educação para Todos no Brasil 2000-2015: versão preliminar. Ministério da Educação e Cultura. junho.](#)

² [IBOPE Inteligência — Educação é 3ª maior preocupação do País](#)

³ [BRASIL. Constituição \(1988\). Constituição da República Federativa do Brasil. Artigo 205](#)

⁴ [Doyle, O., Harmon, C. P., Heckman, J. J., & Tremblay, R. E. \(2009\). Investing in early human development: timing and economic efficiency. *Economics & Human Biology*, 7\(1\), 1-6.](#)

formalizaram esse conceito de desenvolvimento introduzindo a ideia de capital humano que, segundo Claudia Goldin (2014)⁵, consiste na noção de que existem investimentos em pessoas — como treinamento, educação, saúde — e estes aumentam a produtividade dos indivíduos. Conciliando ambas as áreas, econômica e neurológica, concluímos que se trata de um investimento que oferece retornos maiores nos primeiros anos de vida. Ademais, Carneiro e Heckman (2003)⁶, a partir de uma extensa análise econômica de custos e benefícios, comprovam que o nível ótimo de investimento, assim como a taxa de acumulação de capital humano, são funções exponencialmente decrescentes da idade, o que condiz com a curva de aprendizado descoberta no campo neurológico.

Sob outro prisma, na área econômica, existem diversas variáveis que podem ser impactadas, e formas de se racionalizar tais impactos, graças a melhorias quantitativas ou qualitativas na Educação.

Primeiramente, pela educação ser um bem gerador de externalidades positivas, as decisões privadas levam a um equilíbrio com investimento menor do que o ótimo, do ponto de vista social. Portanto, há incentivos para intervenção governamental nesse mercado, via subsídios como Bolsa Família, Bolsas Acadêmicas e FIES, ou reduzindo o custo da educação, via educação pública. Por fim, podemos citar como exemplos de externalidades a redução no número de delitos, a criação de empregos e o melhor funcionamento da democracia.⁷

Em segundo lugar, no campo teórico de desenvolvimento econômico, a inserção da variável de capital humano em modelos anteriores, como o de Solow, — que desconsiderava esse tipo de investimento — permite o crescimento da renda per capita no longo prazo, mesmo com retornos decrescentes de escala em cada fator. Por conseguinte, tanto investimento em capital físico quanto em capital humano são relevantes para o crescimento econômico. Em Paes de Barros (1997), estimam-se os efeitos do aumento de um ano médio de educação no Brasil sobre desenvolvimento socioeconômico, encontrando-se impactos positivos na renda per capita, na longevidade, no desempenho educacional e na diminuição do crescimento populacional, complementando a teoria com evidências empíricas.⁸ Apesar de ser difícil estabelecer causalidade, é possível afirmar que educação é um fator de primeira ordem

⁵ [Goldin, C. \(2016\). Human capital. Handbook of cliometrics, 55-86.](#)

⁶ [Heckman, J., & Carneiro, P. \(2003\). Human capital policy \(No. w9495\). National Bureau of Economic Research.](#)

⁷ [De Janvry, A., & Sadoulet, E. \(2015\). Development economics: theory and practice. Routledge. 607.](#)

⁸ [Barros, R. P. D., & Mendonça, R. \(1997\). Investimentos em educação e desenvolvimento econômico.](#)

para explicar crescimento, por apresentar uma relação positiva estável usando diversas especificações e bases de dados.⁹

Em terceiro lugar, existe o impacto sobre instituições. O livro “Why Nations Fail” apresenta o argumento de que são as instituições as principais responsáveis pelas diferenças de prosperidade entre os países. Por um lado, há instituições positivas do ponto de vista social, chamadas de inclusivas, que garantem para a maior parte da sociedade a liberdade de decidir como usar suas habilidades e talentos no mercado. Por outro lado, existem as instituições negativas, classificadas como extrativas, as quais criam um ambiente em que grande parte da renda gerada pela população é extraída e acaba beneficiando apenas uma elite que detém o poder político. Nesse sentido, aumentar o nível educacional da sociedade pode gerar um círculo virtuoso de mudanças nas instituições políticas e econômicas, de forma a torná-las mais inclusivas e estimulando, assim, mais investimentos em educação que por sua vez acarretam em novos acréscimos no nível educacional e assim por diante.¹⁰

Em quarto lugar, os ganhos de produtividade oriundos de avanços tecnológicos são essenciais para haver crescimento no longo prazo. Contudo, as diversas mudanças que ocorrem, não só nos processos produtivos, como também nas interações sociais podem marginalizar indivíduos do mercado de trabalho. Como exemplo, sabemos que diversos empregos hoje possuem probabilidade alta de serem automatizados em um futuro próximo.¹¹ Por conseguinte, recai sobre o sistema educacional a função de tornar as novas gerações capazes de se adaptarem às mudanças causadas por esse progresso técnico.

Em quinto lugar, no mercado de trabalho, a educação pode mitigar problemas de assimetria de informação. Pelo modelo de Spencer, o empregador não consegue diferenciar um trabalhador muito produtivo de um pouco produtivo. Dessa forma, o nível educacional serve como um sinal da produtividade do empregado, permitindo a existência de equilíbrios com maiores ganhos privados e sociais no mercado de trabalho, em contraste ao modelo “Market for Lemons” em que o mercado colapsa diante da assimetria de informação. Em Tyler (1998), por meio de uma análise de experimentos naturais, encontrou-se aumentos robustos e significativos sobre os salários de jovens brancos de 10% a 19% gerados pela sinalização do diploma para o mercado de trabalho.¹²

⁹ [De Janvry, A., & Sadoulet, E. \(2015\). Development economics: theory and practice. Routledge. 599.](#)

¹⁰ [Acemoglu, D., & Robinson, J. A. \(2013\). Why nations fail: The origins of power, prosperity, and poverty. Broadway Business.](#)

¹¹ [Frey, C. B., & Osborne, M. A. \(2017\). The future of employment: how susceptible are jobs to computerisation?. Technological forecasting and social change, 114, 254-280.](#)

¹² [Tyler, J. H., Murnane, R. J., & Willett, J. B. \(1998\). Estimating the impact of the GED on the earnings of young dropouts using a series of natural experiments \(No. w6391\). National Bureau of Economic Research.](#)

Por último, cabe ressaltar a importância da educação sobre questões de desigualdade, muito presentes na sociedade brasileira. Primeiramente, a decisão de investimento em capital humano é marcada pela externalidade, pois a decisão é feita pelos pais, mas são as crianças que se beneficiam ou são prejudicadas no futuro. Ademais, famílias pobres têm mais incentivos a retirarem seus filhos da escola cedo, devido ao custo de oportunidade da criança não estar no mercado de trabalho, deixando de ganhar um salário significativo em relação à renda familiar. Além disso, outro problema se dá pelo fato de que famílias com baixo capital humano acumulado estimulam menos seus filhos dentro de casa. Black et al (2003) busca avaliar essa questão empiricamente encontrando uma relação causal robusta entre educação da mãe e do filho.¹³ Portanto temos que, naturalmente, a pobreza tende a ser mantida entre gerações, quando não há programas de transferência condicional de renda e educação de qualidade capazes de gerar os incentivos corretos para que filhos de pais pobres com baixo capital humano acumulado tenham acesso ao ensino na idade adequada.

Em suma, existem diversas óticas e efeitos que mostram o quão relevante é a educação, especialmente para uma sociedade com dificuldades tanto em termos de geração quanto distribuição de riqueza, como a brasileira.

Diagnóstico

Dito isso, devemos agora pôr uma lupa sobre a situação da educação no Brasil atualmente para, então, refletir acerca de possíveis soluções para os problemas que enfrentamos. Um bom parâmetro para avaliar sua qualidade, além de ser capaz de medir a eficácia de políticas educacionais, é o Program for International Student Assessment (PISA). Trata-se de um teste realizado trienalmente pela OCDE, com alunos de 15 anos, que abrange as competências de ciências, matemática e leitura, tendo sido realizado pela última vez em 2015 quando foi aplicado em 72 países. A partir dos resultados deste ano¹⁴, observamos que o Brasil não só se encontra abaixo da média da OCDE nas três áreas avaliadas mas, além disso, em ciências e leitura o rendimento dos alunos não vem apresentando melhora desde 2006.

Um outro instrumento importante nesse sentido trata-se do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Este índice — que vai de 0 a 10 — é calculado a partir de dados acerca da aprovação escolar, bem como das médias de desempenho dos alunos em avaliações padronizadas: a Prova Brasil, no caso dos municípios e escolas, e o Sistema de Avaliação da

¹³ [Black, S. E., Devereux, P. J., & Salvanes, K. G. \(2005\). Why the apple doesn't fall far: Understanding intergenerational transmission of human capital. American economic review, 95\(1\), 437-449.](#)

¹⁴ [PISA Scores — Brazil](#)

Educação Básica (SAEB), para os estados e o país. Criado em 2007, ele é divulgado a cada dois anos conjuntamente com os valores previstos de metas, estabelecidas anteriormente para cada ano divulgado. Nesse sentido, é interessante ressaltar que os resultados, além de divididos por escolaridade — ensinos fundamental e médio — podem ser visualizados tanto de forma mais geral, por dependência administrativa, quanto de forma mais específica, por escola, de forma que metas possam ser acompanhadas e políticas públicas analisadas. A partir dos resultados de 2015¹⁵, observamos que, no total, o Brasil só superou a meta prevista para este ano nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, onde o índice total observado foi de 5,5 e a meta era de 5,2. Tanto nos Anos Finais do Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio, o índice ficou aquém da meta. Torna-se evidente, portanto, que existem problemas na educação brasileira, especialmente nesses dois níveis.

A despeito desses resultados, parece paradoxal a informação de que o Brasil gasta, hoje, 6% de seu PIB com a educação pública¹⁶, montante não só maior do que a média da OCDE (5,5%) mas também mais do que países desenvolvidos como os Estados Unidos gastam (5,4%). Entretanto, quantidade não se reverte necessariamente em qualidade — como pode-se observar no caso brasileiro — e, além disso, deve-se considerar não só o montante total gasto, mas também o quanto é direcionado por aluno para cada nível de ensino. Apesar de gastar uma quantia relativamente grande com educação, o Brasil é um dos países com maior disparidade entre os gastos por aluno por nível de ensino. Segundo dados da OCDE de 2016¹⁷, enquanto os países da OCDE gastam, em média, 1,9 vezes mais por aluno da educação superior, no Brasil esse gasto chegou a ser mais de 10 vezes maior nos anos 2000, tendo diminuído para o ainda sim alto patamar de 3,5 vezes a mais em 2013. Fica claro, portanto, o viés acadêmico da educação no país, com o investimento no ensino superior sendo privilegiado em detrimento dos níveis anteriores de ensino. Este assunto, relativo aos gastos, vem sendo amplamente discutido hoje, em virtude da aprovação da PEC do teto de gastos, a qual limita o aumento no gasto público à inflação do ano anterior.

Analisando agora os níveis de ensino separadamente, primeiro devemos tratar do Ensino Fundamental. Em primeiro lugar, como já mencionado anteriormente, há de se reconhecer que o Brasil obteve êxito em universalizar o acesso ao ensino primário. Esse feito, contudo, levou à escola crianças provenientes de ambientes vulneráveis, as quais possuem naturalmente mais dificuldades de aprendizado devido à falta de estímulos cognitivos que

¹⁵ [IDEB — Resultados e Metas](#)

¹⁶ [Aspectos Fiscais da Educação no Brasil](#)

¹⁷ [Panorama da Educação — Destaques do Education at a Glance 2016](#)

recebem em casa — como mencionado anteriormente. Esses alunos necessitam de uma atenção especial que, na maior parte das vezes, as escolas e os professores não estão aptos a oferecer. Assim, apesar de terem entrado na escola, essas crianças muitas vezes possuem um rendimento aquém do esperado, o que se reflete nos exames padronizados e índices discutidos anteriormente.

No Ensino Médio, além da questão do acesso — apenas 53% dos alunos com 15 anos estão matriculados na escola¹⁸ — existem outros graves problemas, sendo talvez o maior deles o da evasão escolar. Sobre esse respeito, uma pesquisa realizada por Marcelo Neri¹⁹ apontou a falta de interesse como principal motivo dos jovens para saírem da escola, seguido por questões relacionadas à renda e trabalho. Parece paradoxal, entretanto, que os jovens decidam sair da escola por falta de interesse mesmo com o chamado “efeito diploma”, o qual faz com que a conclusão de cada nível de ensino engendre um acréscimo substancial no salário do indivíduo. Segundo Fernando Veloso²⁰, esse fenômeno pode ocorrer devido à falta de informação dos jovens acerca da magnitude do “efeito diploma”. Além disso, é possível que, para esses jovens, os ganhos provenientes da conclusão do Ensino Médio sejam inferiores aos da média da população, de forma que eles tenham um incentivo menor a permanecer na escola. Marcelo Neri²¹ aponta ainda como possibilidade a distância temporal do recebimento dos ganhos. Dito de outra forma, os jovens decidem sair da escola pois não conseguem transferir para valor presente os benefícios adicionais futuros que receberiam caso permanecessem estudando. Sob outro prisma, existe também o fenômeno da distorção idade-série, isto é, muitos jovens, a despeito de estarem matriculados no Ensino Médio, são muito mais velhos que seus colegas — seja por terem começado a estudar mais tarde ou por terem um histórico de repetência. Segundo dados do Censo escolar, em 2017 essa distorção era de 28,2%, mantendo o patamar elevado observado no ano anterior (28%)²². Em ambos os casos, isso tem o poder de aprofundar o desinteresse nos estudos e potencializar a saída das salas de aula, lembrando ainda da noção de curva de aprendizado decrescente, segundo a qual quanto mais velho o estudante, mais difícil seu processo de aprendizagem.

Seguindo para o Ensino Superior, analisamos o nível de ensino com maior financiamento público por aluno — no Brasil o investimento médio em educação por aluno no ensino superior foi 3.5 vezes maior que o do aluno nos anos iniciais do ensino fundamental

¹⁸ [Mais da metade dos adultos brasileiros não chegam ao Ensino Médio, diz OCDE](#)

¹⁹ [Neri, M. \(2015\). Motivos da evasão escolar.](#)

²⁰ [Veloso, F. O paradoxo do Ensino Médio](#)

²¹ [Neri, M. O paradoxo da evasão escolar sob a ótica das percepções e motivações dos sem escola.](#)

²² [Censo escolar 2017 — INEP](#)

em 2013, chegando a ser 11 vezes maior em 2000, enquanto em países como a Coreia do Sul foi 1.5 menor, por exemplo.²³ Esse excesso de investimento gera o que se cunhou de ensino academicista, isto é, com foco demasiado no Ensino Superior, quando na verdade dever-se-ia focar, em primeiro lugar, nas etapas anteriores de ensino. Além disso, ao contrário da continuidade natural do Ensino Fundamental para o Médio, nem todos querem adentrar numa universidade. Para muitos estudantes, o Ensino Técnico é uma opção muito mais condizente com suas aspirações profissionais. Assim, o viés academicista da educação no Brasil penaliza muitos que gostariam de fazer essa escolha. Nesse sentido, a reforma do Ensino Médio, aprovada ainda em 2017, foi pensada como uma forma de resolver essa situação. Como a nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC) do Ensino Médio ainda não entrou em vigor, contudo, não é possível julgar a eficácia da reforma.

Soluções

Desse modo, observamos que a educação brasileira padece de graves falhas, a despeito de ter observado certo progresso em algumas áreas nos últimos anos. Nesse sentido, a solução de um problema de tamanho porte obrigatoriamente perpassa diferentes esferas dos setores público e privado, além de exigir coordenação e conhecimento para que se busquem ações de maior custo-efetividade. Esse ponto se torna especialmente importante quando consideramos o contexto de fragilidade fiscal do Governo Federal, estados e municípios. É bom salientar, como já vimos, que nem sempre é verificada uma correlação positiva entre aumento da despesa pública com educação e melhor desempenho escolar, portanto deve-se ter a qualidade do gasto como uma questão central nessa discussão.

Um bom ponto de partida para a formulação de políticas educacionais eficientes é a melhora de monitoramento do desempenho escolar para que ações bem-sucedidas sejam identificadas e sirvam de base para o desenvolvimento de outras. Partindo dessa ideia, os exames padronizados possuem papel central e, apesar dos grandes avanços que ocorreram nos últimos anos, uma expansão, tanto em quantidade de testes quanto em sua abrangência é primordial para o aperfeiçoamento de políticas públicas. Para isso, a inclusão dos alunos de escolas privadas nesses testes e a criação de indicadores de qualidade para a educação infantil seriam de grande valia, objetivando uma visão completa da questão educacional no país. Além disso, um sistema de avaliação desse tipo permite que escolas e professores sejam

²³ [Panorama da Educação — INEP](#)

cobrados por seu desempenho, não só por organismos governamentais, mas também pela sociedade, contribuindo para melhores resultados.²⁴

Outro aspecto central nessa discussão é o impacto da atuação do corpo docente na performance dos alunos e quais os instrumentos mais indicados para aumentar sua eficácia. Uma das estratégias, adotada por alguns dos países mais reconhecidos na área, — como Cingapura, Coreia do Sul e Finlândia — se refere à seleção dos professores. Esses países buscam atrair os melhores alunos das universidades para a profissão além de tornar o processo seletivo extremamente rigoroso.²⁵ Dessa forma, apenas os melhores e mais empenhados estudantes se tornam professores, o que tende a maximizar o impacto gerado por eles sobre o desempenho escolar.²⁶ Em troca, esses países oferecem altos salários, melhor progressão salarial e garantia de emprego, além de prestígio e respeito cultural pela carreira. Para estabelecer um parâmetro de comparação, Claudia Costin²⁷ observa que, na Coreia do Sul e Finlândia, os 25% melhores alunos do ensino médio se tornam professores, enquanto no Brasil são os 25% piores estudantes que seguem a carreira, devido à baixa atratividade.

Complementando essa iniciativa, uma reforma nos cursos de licenciatura do país seria também extremamente benéfica para o quadro educacional. Atualmente, a faculdade no país possui um currículo muito voltado para fundamentos e pilares da educação, abordando pouco a questão da prática do professor nas aulas.²⁸ Assim, um maior contato entre o aluno de licenciatura e o cotidiano das salas de aula é primordial para melhor encaixe entre esses profissionais e as escolas. Além disso, pode-se pensar em uma forma de reconhecimento dos melhores professores como, por exemplo, pagamentos baseados em sua performance — medida pelo impacto no desempenho de seus alunos em testes padronizados. Nesse sentido, existem evidências²⁹ de que essas ações possuem uma ótima relação custo-benefício quando comparadas com outras estratégias tais quais redução no tamanho das turmas, contratação de mais professores e compra de materiais escolares, medidas muito discutidas, porém que não

²⁴ [Oliveira, D. A. \(2009\). As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE, 25\(2\).](#)

²⁵ [Auguste, B. G., Kihn, P., & Miller, M. \(2010\). Closing the talent gap: Attracting and retaining top-third graduates to careers in teaching: An international and market research-based perspective. McKinsey.](#)

²⁶ [Barber, M., & Mourshed, M. \(2007\). How the world's best-performing schools systems come out on top. McKinsey & Company.](#)

²⁷ [Escola deveria incorporar 'conversa de boteco', diz educadora](#)

²⁸ [Cursos de licenciatura começam a ganhar cara nova — Revista Educação](#)

²⁹ [Chetty, R., Friedman, J. N., & Rockoff, J. E. \(2011\). The long-term impacts of teachers: Teacher value-added and student outcomes in adulthood \(No. w17699\). National Bureau of Economic Research.](#)

apresentam tal nível de eficácia. Não há, no entanto, um consenso acerca dos resultados positivos, uma vez que existem pesquisas indicando efeitos nulos³⁰ ou até mesmo negativos.³¹

Outra preocupação constante se refere à educação na primeira infância, fase crucial para o desenvolvimento do indivíduo e quando há o maior potencial para o acúmulo de capital humano, como discutido. Em 2017, os dados mostram que só havia vagas em creches para 30% das crianças de 0 a 3 anos no Brasil e a parcela mais pobre da população representa um contingente desproporcionalmente maior entre aqueles que não têm acesso às creches.³² Para alcançar o investimento necessário ao financiamento dessa expansão, uma possibilidade é instituir a cobrança de mensalidades nas universidades públicas para os estudantes com capacidade financeira de pagamento, como contrapartida para geração de receita.³³ Considerando que, atualmente, o governo gasta quatro vezes com cada aluno do ensino superior público o valor que se investe em estudantes do ensino fundamental ou médio³⁴, uma inversão desses valores, priorizando a educação infantil e básica, seria um grande passo em direção a uma gestão mais eficiente de recursos, com um maior retorno para a sociedade e contribuindo também com a questão da igualdade de oportunidades para todos.³⁵

Outro ponto já bastante discutido e digno de nota se dá em relação à carga horária e ao número de disciplinas, especialmente no ensino médio. Um recente estudo realizado pelo IPEA aponta que a inserção das disciplinas de sociologia e filosofia no ensino médio gerou impactos negativos sobre o desempenho escolar.³⁶ Isso ocorre, segundo os autores, pois, “dada a limitação da carga horária prevista, [...] a inserção de uma determinada disciplina reflete redução no espaço dedicado ao ensino das demais”. Uma nota importante a ser feita é de que os autores não são capazes de determinar, através dos métodos utilizados, se o efeito negativo se dá pela inserção de tais disciplinas específicas ou pelo aumento do número de matérias por si só. É interessante notar também que o impacto é ainda mais negativo sobre os alunos mais pobres e de localidades menos desenvolvidas, o que pode ser explicado pelo fato de esses não contarem, em sua maioria, com uma rede de apoio da família e da escola capaz

³⁰ [Kingdon, G. G., & Teal, F. \(2007\). Does performance related pay for teachers improve student performance? Some evidence from India. *Economics of Education Review*, 26\(4\), 473-486.](#)

³¹ [Goodman, S. F., & Turner, L. J. \(2013\). The design of teacher incentive pay and educational outcomes: Evidence from the New York City bonus program. *Journal of Labor Economics*, 31\(2\), 409-420.](#)

³² [Brasil levará mais 25 anos para oferecer creches para 50% das crianças](#)

³³ [Programa de Meirelles vai propor levar o Prouni até as creches](#)

³⁴ [Góes, C., & Duque, D. \(2016\). Como as universidades públicas no Brasil perpetuam a desigualdade de renda: Fatos, dados e soluções. *Nota de Política Pública*, \(01\).](#)

³⁵ [Mundial, B. \(2017\). Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Washington, DC: BIRD/Banco Mundial.](#)

³⁶ [Niquito, T. W., & Sachsida, A. \(2018\). Efeitos da inserção das disciplinas de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio sobre o desempenho escolar.](#)

de amenizar o potencial efeito prejudicial da medida. Nesse sentido, uma ação conjunta de aumento da carga horária e redução do número de disciplinas constituiria um avanço em consonância com sistemas escolares mais bem-sucedidos, como de Canadá e Cingapura, permitindo um maior aprofundamento graças ao aumento da quantidade de horas destinadas a cada uma das matérias. Uma possibilidade nesse contexto é permitir uma maior flexibilização do ensino, dando ao aluno a chance de optar por diferentes aulas de acordo com seu interesse, como propôs o projeto original da mais recente Reforma do Ensino Médio.³⁷ Além disso, se aliada com uma maior presença do curso técnico nas escolas, a flexibilização beneficiará enormemente aqueles que não buscam seguir para o Ensino Superior, permitindo a eles optar por outro caminho, sem o viés academicista do atual cenário.

Diante disso, conclui-se que, apesar de não se tratar de um problema simples, existem meios para alcançar um melhor desempenho educacional e há evidências na literatura do que funciona em educação. Assim, é crucial que o país acompanhe as tendências na área e coloque em prática aquelas que se mostrarem mais custo-efetivas. Pode ser benéfico também observar o que fazem os municípios brasileiros que se destacam, como Sobral (Ceará) e Foz do Iguaçu (Paraná)³⁸, e consolidar um modelo a ser replicado. Nesse processo, a experimentação e a avaliação de políticas públicas — em especial a avaliação de impacto, subutilizada no Brasil atualmente, que busca medir se um programa teve os efeitos esperados sobre seus beneficiários através de uma análise contrafactual — desempenham um papel central que pode e deve ser estendido a outras áreas além da educação. Ademais, devemos notar que não há “*silver bullet*” em educação, isto é, não se pode esperar uma medida que, por si só, tenha um impacto de magnitude capaz de alterar completamente os rumos e resolver qualquer problema repentinamente. Isso somente se dará por um processo contínuo que busque estabelecer as melhores práticas no sistema educacional brasileiro ao longo do tempo.

³⁷ [Novo Ensino Médio — MEC](#)

³⁸ [Amaral, T. \(2016\). The Politics of Education Reform in Brazilian Municipalities](#)